

dos; os fatores que estariam concorrendo para a elevação dos custos do Metrô; a relação existente entre a Companhia do Metrô e o supermercado localizado no terminal do Jabaquara; a construção da Estação Anhangabaú; a possibilidade do Metrô se desenvolver através dos seus próprios recursos. Respondendo às questões formuladas, o Doutor Souza Dias fez breve histórico sobre o Metropolitano de São Paulo, afirmando, entre outras coisas, que para 1978 estão previstas verbas no montante de 6,5 bilhões de cruzeiros, quantia essa, muito aquém das reais necessidades da Companhia do Metrô. Explicou, ainda, que esse meio de transporte é deficitário, uma vez que as tarifas cobradas estão a níveis do poder aquisitivo dos usuários. Por outro lado, o Presidente do Metrô esclareceu que o custo da construção é elevado, em virtude do alto preço dos equipamentos bem como da mão de obra aplicada. Com referência à existência do supermercado no terminal do Jabaquara, esclareceu o Doutor Souza Dias que o citado estabelecimento comercial foi construído pelo Metrô. A respeito da Estação Anhangabaú, informou o convidado que, face ao funcionamento da máquina "shield" nas imediações do Anhangabaú e prevendo-se, no futuro, grande demanda de passageiros nessa área, é que se optou pela construção dessa Estação. No tocante à possibilidade do Metropolitano subsistir com seus próprios recursos, o Presidente do Metrô reafirmou não haver essa possibilidade, uma vez que as tarifas têm que ser compatíveis ao nível dos usuários, além dos elevados investimentos necessários à construção desse moderno meio de transporte de massa. Continuando sua explanação, o Presidente do Metrô informou que a Companhia está realizando estudos visando à diminuição de gastos exagerados nas construções, citando como exemplo a Estação Santa Cecília, que não deverá conter sequer, uma escada rolante. Finalizando, o Doutor Souza Dias elogiou a maneira cordial e objetiva dos trabalhos conduzidos pela Comissão, colocando-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos. O Deputado José Maria Marin agradeceu a presença dos ilustres convidados, cumprimentando o Prefeito da Capital, Doutor Olavo Egydio Setúbal, pela brilhante escolha do Doutor Souza Dias para a Presidência da Companhia do Metropolitano de São Paulo. Os debates foram gravados pelo Serviço de Som, passando o teor dos mesmos, após datilografados, a fazer parte desta Ata para todos os efeitos regimentais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, eu, Maria do Carmo Camargo Lopes, Secretária da Comissão, lavei a presente Ata que, pelo Senhor Presidente e por mim, vai assinada.

Aprovada em Reunião de 10-8-78

Deputado JOSÉ MARIA MARIN, Presidente
 Maria do Carmo Camargo Lopes, Secretária

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONVOCAÇÃO

Por determinação do Deputado Jayro Maltoni, Presidente da Comissão de Administração Pública, ficam convocados os senhores Deputados abaixo relacionados, membros efetivos e substitutos deste Órgão Técnico, para as reuniões extraordinárias que serão realizadas nos dias 15, 16 e 17 do corrente, 3.a, 4.a e 5.a feira, respectivamente, às 16,30 horas, no Plenário José Bonifácio, para apreciação de proposições em tramitação nesta Comissão.

MDB

Efetivos

Deputado Antonio Rodrigues Júnior
 Deputado Vanderlei Simionato

Substitutos

Deputado Fernando Scalamandrê Júnior
 Deputado Benedito Campos
 Deputado Edson Tomaz de Lima

ARENA

Efetivos

Deputado Hélio Nunes da Silva
 Deputado Ruy Silva

Substitutos

Deputado Antonio Salim Curiali
 Deputado Wadih Helú
 Sala das comissões em 8 de agosto de 1978
 Ismenho da Costa, Secretário

(9-10-11-12-15-16-17)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

CONVOCAÇÃO

Por determinação do Deputado Vicente Botta, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ficam convocados os senhores Deputados abaixo mencionados, membros efetivos e substitutos deste órgão técnico, para a reunião extraordinária que será realizada terça-feira, dia 15 de agosto, às 15,00 horas no Plenário Tiradentes, com o objetivo de discutir e votar pareceres sobre proposições sujeitas a exame desta Comissão:

MDB

Efetivos

Dep. Evandro Mesquita
 Dep. Francisco Antonio Coelho
 Dep. João Gilberto Sampaio
 Dep. Rafael Ranieri
 Dep. Vanderlei Simionato

Substitutos

Dep. Sebastião Marcondes
 Dep. Antonio Carlos Mesquita
 Dep. Vanderlei Macris
 Dep. Walter Mendes
 Dep. Del Rosco Amaral
 Dep. Almir Pazzianotto

ARENA

Efetivos

Dep. Wadih Helú
 Dep. Ricardo Izar
 Dep. Eduardo Coutinho

Substitutos

Dep. Hélio Nunes da Silva
 Dep. Jorge Maluly Neto
 Dep. José Maria Marin
 Sala das Comissões, em 10 de agosto de 1978.

Roberto Sylma
 Turbringer Mendes, Secretário da Comissão
 (11-12-15)

ATOS DA MESA

De 10-8-78

Exonerando, nos termos do item 1, do § 1.º do artigo 58, da Lei Complementar 180, de 12 de maio de 1978, a pedido, a Sra. Maria Amélia Albejante — RG. 5.426.008-SP, do cargo que vem exercendo, em comissão e no

RDE, de Secretário Parlamentar, padrão "CD-9-A", da Tabela I-PP-QSAL.

Nomando, nos termos do inciso I do Artigo 20, da Lei Complementar 180, de 12 de maio de 1978, a Sra. Maria Lúcia Marques Albejante — RG. M-967.621, para, em comissão e em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Secretário Parlamentar II padrão "42-A", do SQC-I, da Secretaria da Assembleia Legislativa, vago em decorrência da exoneração da Sra. Maria Amélia Albejante.

Readmitindo, tendo em vista o que consta do Processo RG. 6758-78 e com fundamento no disposto no artigo 37, da Lei Complementar 180, de 12 de maio de 1978, a Senhora Zélia Novas Guimarães — RG. 528.675-SP, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer o cargo de Taquígrafo de Debates, padrão "35-A", do SQC-III, da Secretaria da Assembleia Legislativa, criado pelo artigo 6.º, Anexo IV, inciso III, item 6, da Lei Complementar 135, de 30 de dezembro de 1975.

DECISÃO DA MESA

De 9-8-78

Convites 88-78, 89-78 e 90-78 (Processo RGE-9666-77), relativos à confecção de "Medalhas da Constituição" e respectivos complementos: Anulando as licitações, com fundamento no disposto no artigo 37, da Lei 89, de 27-12-72.

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

177.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE AGOSTO DE 1978

PRESIDÊNCIA dos Srs. Cardoso Alves e Brasil Vita

SECRETÁRIOS, Srs. Yukishigue Tamura, Antônio Sampaio e Benedito Cintra

— As quinze horas, com o Sr. Brasil Vita na Presidência, feita a chamada, verifica-se a presença dos Srs. Almir Guimarães, Celso Matsuda, David Roysen, José Bustamante, Mário Américo e Yukishigue Tamura.

— Durante a Sessão compareceram os Srs.: Alfredo Martins, Antônio Sampaio, Aureliano de Andrade, Cardoso Alves, Euripedes Sales, Flávio Bierrenbach, João Aparecido de Paula, José Storópoli, Benedito Cintra, Nodeci Nogueira, Samir Acha, Sampaio Dória e Tércio Chagas Costa.

— Pela CL 28-78, o Sr. Arthur Alves Pinto licenciou-se, entrando em exercício o Sr. Naylor de Oliveira; pela CL 29-78, o Sr. Tércio Chagas Costa licenciou-se, entrando em exercício o Sr. Antonio Rezk; durante a Sessão reassumiu o Sr. Mário Hato, deixando o exercício o Sr. Antonio Rezk.

O SR. PRESIDENTE — Estão presentes 7 Srs. Vereadores. Está aberta a Sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Vamos passar ao Pequeno Expediente.

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Alfredo Martins. (Pausa) S. Exa. desiste. Tem a palavra o nobre Vereador Almir Guimarães.

— SR. ALMIR GUIMARÃES — Sr. Presidente e nobres Srs. Vereadores, na tarde de hoje, estamos apresentando ao douto Plenário uma moção de apelo ao Sr. Governador do Estado de São Paulo para que estude a possibilidade de fazer com que o Instituto de Criminalística do Estado, ora instalado no bairro do Ipiranga, onde residimos, e que atende sobremaneira as necessidades daquela área, seja realmente dividido em vários setores.

Assim sendo, apresentamos a moção que passarei a ler:

MOÇÃO 178

Considerando que o Instituto de Criminalística de São Paulo, antes denominado Instituto de Polícia Técnica, atualmente sediado à Rua Vergueiro n.º 7.072, no Alto do Ipiranga, distante, portanto, do marco central da cidade em raio superior a 8 km., distância essa que não permite aquele Instituto imprimir maior rapidez ao atendimento da população paulistana;

Considerando que para a deslocação de peritos e viaturas da atual sede, para diligenciar ocorrências em outros bairros periféricos, e, à guisa de exemplificação, os da Zona Norte, Leste ou Oeste, é necessário percorrer mais de 15 km., em intensa corrente de trânsito, fato esse que acarreta, além do desgaste físico e mental do perito designado, consequências também de ordem econômica aos cofres do governo do Estado, com o consumo desnecessário de material e combustível;

Considerando que os anéis Rodoviários e as embocaduras das estradas que ligam a interlândia à Capital — onde são frequentes os atropelamentos e colisões — estão localizados em pontos totalmente divergentes da atual sede do Instituto de Criminalística de São Paulo, apenas com a ressalva das Vias Anchieta e dos Imigrantes, que têm o privilégio de atendimento rápido;

Considerando que, nessas condições, o Instituto de Criminalística de São Paulo deixa 3/4 da população sem atendimento adequado, em razão da distância da sua atual sede.

Propomos ao Egrégio Plenário, nos termos e na forma dos artigos 233 e seguintes do Regimento Interno (Resolução n.º 3, de 20 de dezembro de 1968), sua manifestação sobre a matéria acima enfocada, reivindicando

do ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado providências urgentes no sentido de que Sua Excelência determine estudos objetivando a elaboração da reforma administrativa do atual Instituto de Criminalística de São Paulo, promovendo a descentralização em 5 (cinco) regiões — Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste — para os serviços de exames de acidentes de trânsito na Capital e vistorias de danos e providências pertinentes a esses serviços, inclusive a descentralização dos trabalhos de laboratório.

Pede-se que seja encaminhada cópia autêntica da presente proposição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública.

Sr. Presidente, nobres Vereadores, é comum a nós vereadores, pedindo providências no que diz respeito a acidentes com veículos, de que resultam danos materiais e até mesmo vítimas fatais. Ocorre que para os legistas atingirem um determinado local podem perder horas ou até mesmo dias.

Enfim, atendida essa medida pelo Sr. Governador do Estado, certamente viria ela obviar os inconvenientes apontados. É inconcebível que alguém, residindo em São Miguel Paulista — se necessitar do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo — tenha que recorrer a esse órgão no bairro do Ipiranga.

Imaginem os senhores as dificuldades de locomoção, os problemas de trânsito a enfrentar e outras eventuais dificuldades!

Daf a razão por que esperamos que a nossa moção, quando discutida pelo Plenário, seja aprovada e posteriormente atendida pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Antônio Sampaio (Pausa) S. Exa. desiste.

Tem a palavra o nobre Vereador Arthur Alves Pinto que, neste momento, apresenta à Mesa um pedido de licença para tratamento de saúde e que vai ser lido.

— É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO DE LICENÇA N. 28-78

Senhor Presidente
 Nos termos do item I do art. 21 da Lei Orgânica dos Municípios, Comunico a V. Exa., que entro em licença a partir desta data, para tratamento de saúde.
 Sala das Sessões, 8 de agosto de 1978.
 Arthur Alves Pinto

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Naylor de Oliveira, que substitui o Edil Arthur Alves Pinto.

Nota da Taquígrafia:

O SR. NAYLOR DE OLIVEIRA, PRONUNCIANDO DISCURSO, QUE POR DEPENDER DE REVISÃO SERÁ PUBLICADO EM SEPARADO. (RODIZIO N.º 2).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador Aureliano de Andrade. (Pausa) S. Exa. está ausente.

Este Vereador, por encontrar-se no exercício da presidência, encaminha seu discurso à Taquígrafia.

O SR. BRASIL VITA — Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Na semana passada, dirigi-me à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, onde fui recebido pelos engenheiros Mario Monteiro e Rafael Lomônaco, duas das mais respeitáveis figuras do funcionalismo de nossa Prefeitura. Percorri os diversos setores daquela Secretaria municipal e pude observar que o trabalho desenvolvido pelos citados intelectuais merece um registro especial na ata de nossos trabalhos da sessão de hoje. Procura a cúpula daquela Secretaria racionalizar o mecanismo de aprovação de plantas, buscando até na cibernética um apa-

relhamento mais condizente com as necessidades de nossos dias. Antes de se procurar dificultar para venderem-se facilidades, como tem sido a tônica de nossos tecnocratas, os referidos engenheiros, à maneira dos políticos, tudo facilitam, buscando na melhor distribuição de tarefas a total informação às partes interessadas, e sempre no sentido de colaboração com os contribuintes. Tanto no setor operacional como no informativo, a parte interessada se sente como se o Brasil, numa fase miraculosa, desde logo se situasse no primeiro do mundo. Gostei da visita porque na qualidade de fiscal do Executivo, devo também me congratular quando, com a chamada gente de Casa, com os funcionários da Prefeitura, a comunidade é melhor servida. Se costume crítico, e às vezes com veemência, o que considero errado na Prefeitura, também por dever de ofício e de justiça, devo enaltecer tudo quanto de bem é feito dentro do Município. Minha visita, que teve até características de exame ou observação de como funcionam alguns órgãos daquela Secretaria, acabou se tornando uma festa para mim, já que de perlo pude sentir um trabalho inteligentemente bem feito em termos de aprovação de plantas pelo Poder Público. Gostaria, Sr. Presidente, que cópia deste meu pronunciamento fosse enviada ao Exmo. Sr. Prefeito para que este analise, à maneira de congratulações, fosse integrar o prontuário funcional dos Drs. Mario Monteiro e Rafael Lomônaco.

— dada a palavra aos oradores inscritos, verifica-se a desistência dos Srs. Cardoso Alves, Celso Matsuda, David Roysen, Euripedes Sales, Flávio Bierrenbach e João Aparecido de Paula.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador José Bustamante.

O SR. JOSÉ BUSTAMANTE (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Vereadores, desejo desta tribuna congratular-me com o Sr. Prefeito Municipal, pelo aumento de vinte por cento que será concedido ao funcionalismo municipal.

S. Exa. houve por bem seguir o exemplo do Sr. Governador do Estado, dando ao servidor municipal, um alento de esperança por melhores dias. É notório que os baixos salários dos funcionários municipais têm acarretado mal-estar à uma classe que luta ombro a ombro com o Sr. Prefeito, no progresso vertiginoso de nossa Capital.

Assim sendo, a medida adotada pelo Sr. Prefeito é simpática e humana, tendo os funcionários municipais recebido com alegria a decisão de S. Exa. Foi dado um passo alentador fugindo o Sr. Governador e o Sr. Prefeito às normas estabelecidas no que tange aos aumentos anuais.

Resta, agora, ao Sr. Prefeito Municipal, fechar com chave de ouro a sua administração à frente da Prefeitura, encaminhando a esta Casa projeto de lei concedendo ao funcionalismo municipal o décimo terceiro salário.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se estou alegre com a atitude do Sr. Prefeito, por outro lado, encontro-me, como católico apostólico romano, consternado com o falecimento de S. Santidade o Papa Paulo VI. Figura proeminente no mundo atual, o Papa Paulo VI foi, quando em vida, o que mais lutou em favor da paz.

Nesta hora em que o mundo entristecido chora essa perda irreparável, solicito da dousta Mesa seja feito um minuto de silêncio neste plenário, pelo passamento de S. Santidade o Papa Paulo VI.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência convida a Casa para que, de pé, preste um minuto de silêncio em razão do passamento de S. Santidade, o Papa Paulo VI.

— É prestada a homenagem.

O SR. JOSÉ BUSTAMANTE — Sr. Presidente, solicito que cópia do meu pronunciamento seja encaminhada ao Sr. Prefeito de São Paulo.

Muito obrigado.
 O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Vereador José Storópoli. (Pausa) S. Exa. desiste. Tem a palavra o nobre Vereador Mário Américo.

O SR. MÁRIO AMÉRICO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres Vereadores, estou submetendo à consideração desta Casa moção dirigida ao Ministro Euro Brandão para que se dê melhor assistência aos nossos atletas amadores, que estão desparecendo. Se eles têm ajuda, não é suficiente; se não têm, estão necessitados dela.

Os nossos atletas amadores, principalmente os que se dedicam ao futebol, não têm campo para treinar, porque os poucos existentes estão desaparecendo.

Mas a Loteria Esportiva aumentou o preço, e aumentou muito mais.

Por que, então, não se dispensa melhor acolhida a esses atletas amadores que são o celeiro de nosso futebol?

Quando se aproxima a realização dos jogos da «Copa do Mundo», todos se voltam a ela. Mas não há jogadores. Por que não há? E porque querem fazer de um juvenil um profissional. Isso não é possível. É preciso que se acolha o amador, o aspirante para que possa dar uma força maior ao nosso futebol que é o maior do mundo, mas que está terminando. Espero que a moção que este uenviando ao Ministro da Educação, Euro Brandão, surta efeito.

O segundo assunto que desejo tratar é o seguinte:

Srs. Vereadores, o fato que vou citar e que não está se passando somente comigo, mas também com outros Srs. Vereadores, é com relação à falta de funcionários em nossos gabinetes. Estou cansado de pedir um auxiliar para o meu gabinete. Há só promessa. Vai hoje ou amanhã? Vai hoje ou amanhã! Tenho apenas um funcionário da Câmara trabalhando comigo. Até há três dias, eu tinha uma funcionária paga com o meu dinheiro. Agora ela foi contratada. Fallame dois funcionários da Câmara e dois concursados. Sei que alguns vereadores pedem e no dia seguinte são atendidos. Por que? Por que há retaguarda? Será que preciso falar todos os dias? Será que todo mundo precisa saber que estou com deficiência de auxiliar de gabinete?